

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes. **A Diretoria**

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)			
	Notas	2017	2016
Ativo			
Circulante		35.583	23.218
Disponibilidades	3b	272	39
Títulos e valores mobiliários		26.328	13.558
Carteira própria	4	26.328	13.558
Outros créditos		8.782	9.426
Rendas a receber	6a	1.762	1.091
Negociação e intermediação de valores	6b	-	1.931
Diversos	6c	7.020	6.404
Outros valores e bens		201	195
Despesas antecipadas		201	195
Realizável a longo prazo		24.162	20.523
Outros créditos		24.162	20.523
Diversos	6c	24.162	20.523
Permanente		1.123	1.465
Investimentos		67	67
Outros investimentos		67	67
Imobilizado de uso		458	462
Outras imobilizações de uso		1.961	1.856
(-) Depreciações acumuladas		(1.503)	(1.394)
Intangível		598	936
Outros ativos intangíveis		1.689	1.689
(-) Amortização acumulada		(1.091)	(753)
Total do ativo		60.868	45.206
Passivo			
Circulante		13.762	10.766
Outras obrigações		13.762	10.766
Fiscais e previdenciárias	7b	890	831
Negociação e intermediação de valores	7a	-	1.931
Diversas	7c	12.872	8.004
Exigível a longo prazo		18.499	17.017
Outras obrigações		18.499	17.017
Fiscais e previdenciárias	7b	-	16.161
Diversas	7c	18.499	856
Patrimônio líquido		28.607	17.423
Capital social	8	262.671	232.823
De domiciliados no exterior		262.671	232.823
Prejuízos acumulados		(234.064)	(215.400)
Total do passivo		60.868	45.206

Demonstrações do resultado				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)				
	Notas	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Receitas da intermediação financeira		592	1.088	1.947
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4	592	1.088	1.947
Resultado bruto da intermediação financeira		592	1.088	1.947
Outras receitas (despesas) operacionais		(12.168)	(19.755)	(13.120)
Receitas de prestação de serviços	12	14.668	26.182	27.322
Despesas de pessoal	16	(15.849)	(31.792)	(32.528)
Outras despesas administrativas	13	(10.854)	(17.374)	(13.469)
Despesas tributárias	17	(1.144)	(1.955)	(2.270)
Outras receitas operacionais	14	1.323	6.728	9.384
Outras despesas operacionais	15	(312)	(1.544)	(1.559)
Resultado operacional		(11.576)	(18.667)	(11.173)
Resultado não operacional		3	3	(7)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(11.573)	(18.664)	(11.180)
Provisão para participações dos empregados		-	-	(559)
Prejuízo do semestre/exercício		(11.573)	(18.664)	(11.739)
Prejuízo por ação - R\$		(0,02912)	(0,05958)	(0,05042)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)				
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		211.015	(203.661)	7.354
Prejuízo do exercício		-	(11.739)	(11.739)
Aumento de capital		21.808	-	21.808
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8	232.823	(215.400)	17.423
Prejuízo do exercício		-	(18.664)	(18.664)
Aumento de capital		29.848	-	29.848
Saldos em 31 de dezembro de 2017		262.671	(234.064)	28.607
Saldos em 30 de junho de 2017		232.823	(222.491)	10.332
Prejuízo do semestre		-	(11.573)	(11.573)
Aumento de capital		29.848	-	29.848
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8	262.671	(234.064)	28.607

Demonstrações dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)				
	Notas	2º Semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
(Prejuízo) do semestre/exercício		(11.573)	(18.664)	(11.739)
Provisão para gratificação	16	3.493	6.699	3.787
Reversão de provisão para gratificação	14	-	(3.490)	(3.182)
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	10.b	262	1.154	1.306
Reversão de provisão para riscos fiscais e trabalhistas	10.b	(198)	(721)	(23)
Variação cambial	9.a; 14; 15	(32)	(46)	1.163
Marcação a mercado de TVM	4.a	-	-	(2)
Depreciação e amortização	13	338	670	459
Variações monetárias	14	(1.013)	(2.270)	(2.261)
Lucro/prejuízo na alienação de imobilizado de uso		(3)	(3)	7
(Prejuízo) ajustado do semestre/exercício		(8.726)	(16.666)	(10.485)
Variação de ativos e passivos				
Redução (aumento) em TVM e derivativos		(23.687)	(12.767)	(5.892)
(Aumento) em outros créditos		(988)	(680)	(7.314)
Redução em outros valores e bens		50	(6)	41
(Redução) aumento em outras obrigações		3.913	835	1.750
		(20.712)	(12.618)	(11.415)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(29.438)	(29.289)	(21.900)
Atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado/ intangível de uso		(211)	(326)	(11)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		(211)	(326)	(11)
Atividades de financiamento				
Aumento de capital por subscrição	8	29.848	29.848	21.808
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		29.848	29.848	21.808
(Redução) Aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa		199	233	(103)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		73	39	142
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício		272	272	39
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		199	233	(103)

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, anteriormente denominada Crédit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, empresa constituída em 10 de janeiro de 1997, está voltada basicamente para a atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimentos e gestão de carteiras administradas, subsidiária da CA Indosuez Wealth Group (anteriormente denominada Crédit Agricole Private Banking) 99,999998% com sede na França e do Banco Crédito Agricole Brasil S/A 0,000002% (mesmos valores em 2016) com sede no Brasil.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

Em 2017 o CA Indosuez Wealth (Brazil) SA DTVM consolidou-se na gestão de ativos de seus clientes através, principalmente, de fundos de investimentos e carteiras administradas. O plano estratégico está baseado na racionalização das equipes, controle cuidadoso dos custos, desenvolvimento de ferramentas que auxiliam a difusão de informação aos clientes e implementação de processos que busquem maior eficiência no atingimento das metas de performance dos produtos. Desta forma, temos alcançado níveis mais altos de ativos sob gestão gerando elevação de receitas através, não só do canal de distribuição próprio, ou seja, de nossa força comercial direta junto aos clientes, mas também através de agentes autônomos e plataformas eletrônicas. Nesse sentido há uma área específica dedicada ao segmento. Nosso objetivo de longo prazo é atuar em ambos os segmentos além de continuarmos a buscar sinergias com outras entidades do Grupo na geração de novos negócios que contribuam igualmente para o resultado da empresa. O reconhecimento da qualidade de gestão traduzida na superação dos objetivos de retorno dos produtos tem sido fundamental para o contínuo desenvolvimento do negócio.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis.

Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Distribuidora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
- CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;
- CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09;
- CPC 33 - Benefícios a Empregados homologado pela resolução BACEN nº 4.424/2015; e
- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução BACEN nº 4.144/12.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras do Banco estão abaixo apresentadas. O Banco pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

a) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada.

b) IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da

transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada.

As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 22 de março de 2018.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da DTVM são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2017	2016
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	272	39
Caixa e equivalentes de caixa	272	39

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, entre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Distribuidora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a DTVM não possuía instrumentos financeiros derivativos.

d) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*) É reconhecida uma perda por *impairment* quando o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, que são revistos semestralmente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.

e) Investimentos

Os investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Imobilizado e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.

O saldo do ativo intangível foi constituído de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de softwares utilizados em processamento de dados.

g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h) Demais ativos e passivos

Outros ativos e passivos são demonstrados, respectivamente, pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos incorridos até as datas dos balanços.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A DTVM não apresentou base tributável em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, em que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (impostos ou contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

continua



CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ nº 01.638.542/0001-57

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

k) Resultado por ação

O resultado por ação é apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente, estava assim composta:

a) Títulos e valores mobiliários

a.1) Composição por classificação

	2017		2016	
	Custo (i)	Contábil/mercado	Custo (i)	Contábil/mercado
Carteira própria				
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	26.331	26.328	13.560	13.558
Total	26.331	26.328	13.560	13.558

(i) Inclui rendimentos.

a.2) Composição por prazo de vencimento

	2017	2016
Até 3 meses	26.328	3.774
De 3 a 12 meses	-	9.784
Total	26.328	13.558

a.3) Composição por emissor

	2017	2016
Títulos de renda fixa		
Títulos Públicos		
Tesouro Nacional	26.328	13.558

Em 31 de dezembro de 2017, os títulos e valores mobiliários estavam custodiados na SELIC. O resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 1.088 (R\$ 1.947 em 2016).

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

5. Gerenciamento de riscos

a) Risco de mercado

As perdas potenciais advindas de variações nos preços dos ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices são monitoradas diariamente em relação aos limites operacionais atribuídos para a sensibilidade aos fatores de risco, valor em risco e testes de estresse. Adicionalmente, são realizadas simulações e projeções de fluxos futuros para avaliação da mudança relativa à exposição ao risco.

A metodologia adotada para o cálculo do valor em risco utiliza simulação histórica considerando 252 dias de dados de retornos dos fatores de risco e grau de confiança de 99%, com um dia de *holding period*. O teste de estresse é efetuado levando-se em consideração as variações severas dos fatores de risco. Adicionalmente, são também efetuados testes de aderência (*back-testing*) do modelo de valor em risco comparando-se os resultados esperados com os resultados efetivamente auferidos.

Além das ferramentas tradicionais de risco de mercado, utiliza-se o instrumental de ALM (gerenciamento de ativos e passivos). Essa ferramenta possibilita ter uma visão do impacto de variações de taxas de juros no balanço do Conglomerado Financeiro Crédit Agricole Brasil e avaliar as interdependências entre as variações de taxa de juros e o volume dos ativos e passivos da Distribuidora.

Os limites aprovados pelo comitê de risco de mercado são revisados, no mínimo, anualmente. A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.creditagricoleetvm.com.br.

b) Fatores de risco de mercado

Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros pré-fixada, taxa de juros vinculada aos índices TR, SELIC, DI e exposição à variação cambial de moedas.

O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência da área de *Market Risk* com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa. Uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a Distribuidora e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Conglomerado Financeiro Crédit Agricole Brasil, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras. Em paralelo são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenário de estresse voltado especificamente para liquidez.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco de liquidez encontra-se disponível no site www.creditagricoleetvm.com.br.

d) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha humana, inadequação ou deficiência de processos internos, sistemas, ou ainda, decorrentes de eventos externos, incluindo a perda associada à lacunas em contratos, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O CRÉDIT AGRICOLE implementou em sua Matriz e em toda a sua rede internacional um componente organizacional dedicado à avaliação, consolidação, mitigação e reporte dos riscos operacionais, que são identificados principalmente através do exercício anual de mapeamento de risco que conta com a participação de todas as áreas da instituição.

Através de reuniões regulares, a alta administração do CA Indosuez DTVM Brasil e das outras entidades legais integrantes do Conglomerado Prudencial CRÉDIT AGRICOLE BRASIL discutem as conclusões do mapeamento de risco, os resultados dos indicadores de risco e de performance, perdas operacionais, incidentes e anomalias significativas do período, além de monitorar a implementação dos planos de ações existentes ou aprovar novas medidas corretivas a serem adotadas.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do Risco Operacional e das metodologias utilizadas encontra-se disponível no site www.creditagricoleetvm.com.br.

e) Risco Socioambiental

Nosso comprometimento com a responsabilidade socioambiental estabelece uma estrutura para identificação, classificação e mitigação de riscos para que todos os colaboradores da DTVM atuem de acordo com as melhores práticas definidas pela Matriz e com a regulamentação nacional vigente.

A Política de Responsabilidade Socioambiental estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável como base para gerencialmente de risco reputacional, relacionado diretamente aos impactos sociais e ambientais suas operações. Cada operação analisada sob a ótica socioambiental passa pela linha de negócios, pela equipe local de Risco de Crédito, pelo Desenvolvimento Sustentável da Matriz, pela equipe local de Compliance, pelo Comitê de Avaliação de Operações que apresentem Risco Socioambiental.

6. Outros créditos

a) Rendas a receber

Em 31 de dezembro de 2017, a Distribuidora possui registrada como "rendas a receber" o montante de R\$ 1.762 (R\$ 1.091 em 2016) provenientes de taxa de administração dos fundos de investimentos. Nesta mesma data, a Distribuidora administrava R\$ 7.179.164 (R\$ 4.520.843 em 2016) de recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Fundos de investimento e fundos de investimento em cotas (i)	1.600.058	1.182.092
Fundos de investimento em ações	24.553	18.241
Carteiras administradas	1.780.003	1.657.405
Outros fundos de renda fixa	5.086.144	2.675.694
Subtotal de recursos de terceiros	8.490.758	5.533.432
Aplicações em fundos de investimentos da própria distribuidora	(1.311.594)	(1.012.589)
Total líquido de recursos de terceiros	7.179.164	4.520.843

(i) Corresponde à soma dos ativos administrados dos fundos de investimento e fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento. As receitas auferidas no exercício com a administração desses recursos totalizaram R\$ 16.723 (R\$ 10.994 em 2016) - Nota 12.

b) Negociação e intermediação de valores

Representado pelos saldos das operações por conta de clientes na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, não apresentam valores em 2017 (R\$ 1.931 em 2016).

c) Diversos

	2017	2016
Circulante	7.020	6.404
Adiantamento e antecipações salariais	452	391
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 9.a)	2.016	1.589
Pagamentos a ressarcir	6	5
Devedores diversos	3	88
Impostos e contribuições a compensar	274	233
Outros	632	539
Recuperação de processo (ii)	3.637	3.559
Realizável a longo prazo	24.162	20.523
Impostos e contribuições a compensar	186	166
Devedores por depósito em garantia (i)	23.976	20.357
Total	31.182	26.927

(i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais de COFINS no valor de R\$ 21.429 (R\$ 19.527 em 2016) e outros no valor de R\$ 1.556 (R\$ 830 em 2016) referentes à defesa de processos judiciais envolvendo a Distribuidora.

(ii) Referente a valor a receber sobre crédito de Adicional de Imposto de Renda Estadual (AIRE), referente a 1996. Foi julgado inconstitucional e a DTVM entrou na qualidade de requerente no processo em Outubro/2016. A movimentação dos depósitos judiciais no exercício estão abaixo apresentada:

	2017			2016		
	Trabalhistas	Fiscais	Total	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo no início do exercício	687	19.670	20.357	602	16.160	16.762
Constituições	726	958	1.684	9	1.341	1.350
Atualização monetária	97	2.079	2.176	76	2.284	2.360
Baixa/recebimento	-	(241)	(241)	-	(115)	(115)
Saldo no final do exercício	1.510	22.466	23.976	687	19.670	20.357

7. Outras obrigações

a) Negociação e intermediação de valores

Representado pelos saldos das operações por conta de clientes na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, não apresentam valores em 2017 (R\$ 1.931 em 2016).

b) Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Circulante	890	831
Impostos e contribuições a recolher	890	831
Exigível a longo prazo	-	16.161
Provisão para riscos fiscais (Nota 10.b) (i)	-	16.161
Total	890	16.992

(i) A partir de 2017 as provisões de riscos fiscais passaram a integrar a rubrica "Outras obrigações - Diversas" (Nota 7.c)

c) Diversas

	2017	2016
Circulante	12.872	8.004
Provisão para encargos trabalhistas	7.294	6.492
Valores a pagar - sociedades ligadas (Nota 9.a)	1.267	1.210
Fornecedores	251	98
Publicação	18	21
Provisão de reestruturação (i)	3.924	-
Outros pagamentos	118	183
Exigível a longo prazo	18.499	856
Provisão para riscos fiscais (Nota 10.b)	17.941	-
Provisão para riscos trabalhistas (Nota 10.b)	558	856
Total	31.371	8.860

(i) Provisão referente a reestruturação da DTVM com pagamento previsto para o decorrer de 2018.

8. Capital social e dividendos

Em 27 de setembro de 2017, através de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da instituição de R\$ 232.823 para R\$ 262.671, mediante emissão de 29.848.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas subscritas nesta data por meio de integralização em moeda corrente nacional, pelo acionista CA Indosuez Wealth Group. O aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 04 de outubro de 2017.

Portanto, em 31 de dezembro de 2017, o capital social de R\$ 262.671 (R\$ 232.823 em 2016) está representado por 262.670.906 (232.822.906 em 2016) ações ordinárias, sem valor nominal. Conforme Estatuto Social da Distribuidora, os acionistas têm direito a receber em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício. A Assembleia Geral poderá, com o consentimento de todos os acionistas presentes, deliberar pela distribuição de um dividendo inferior ao mínimo acima referido, ou mesmo, pela retenção da totalidade do lucro.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Distribuidora apresentou prejuízo de R\$ 18.664 (R\$ 11.739 em 2016) não constituindo reserva de lucros no período.

9. Transações com partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos das transações com partes relacionadas estavam assim representados:

	Ativo/passivo	Ativo/passivo
	2017	2016
Disponibilidades	254	20
Banco Crédit Agricole Brasil S.A.	254	20
Valores a receber sociedades ligadas	2.016	1.589
Banco Crédit Agricole Brasil S.A.	282	336
Crédit Agricole Suisse	1.325	756
Amundi - França	165	335
Miami Agency	244	162
Valores a pagar sociedades ligadas	(1.267)	(1.210)
Banco Crédit Agricole Brasil S.A. (Nota 7.c)	(1.267)	(1.210)
Receitas/(despesas)	2017	2016
Receita de prestação de serviços (Nota 12)	7.845	15.573
Banco Crédit Agricole Brasil S.A.	2.725	10.628
Crédit Agricole Suisse	3.059	2.915
Amundi - França	1.413	1.367
Miami Agency	648	663

	Receitas/(despesas) 2017	Receitas/(despesas) 2016
Receita/(despesa) variação cambial prestação de serviços (Nota 14 e 15)	46	(131)
Crédit Agricole Suisse	53	(73)
Amundi - França	4	(61)
Miami Agency	(11)	3
Despesa de prestação de serviços (Nota 13)	(783)	(741)
Banco Crédit Agricole Brasil S.A.	(783)	(741)
Convênio de rateio de custos comuns(Nota 13)	(613)	-
Banco Crédit Agricole Brasil S.A. (i)	(613)	-

(i) Em 31 de dezembro de 2017 os valores de rateio de custos comuns com o Banco Credit Agricole perfaziam o montante de R\$ 8.213 (R\$ 7.744 em 2016) e foram contabilizadas nas respectivas contas de resultado na Distribuidora, não restando valores em despesas com rateio em 2016. As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado, considerando a sua redução de risco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 4.643 (R\$ 5.861 em 2016), a qual é considerada benefício de curto prazo.

10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes
Não há ativos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes, no montante de R\$ 17.941 (R\$ 16.161 em 2017) (nota 7b), como segue: A Distribuidora vem contestando judicialmente a legalidade de certos impostos e contribuições, principalmente recolhimento da COFINS nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essas causas, a Distribuidora mantém provisionado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "Outras obrigações fiscais e previdenciárias" o montante de R\$ 17.941 (R\$ 16.161 em 2016), bem como depósitos judiciais registrados no ativo no montante de R\$ 21.429 (R\$ 18.249 em 2016), julgado suficiente pela administração para fazer face a possíveis perdas.

Em conformidade com a legislação brasileira, os registros de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais estão sujeitos ao exame pelas respectivas autoridades em um período de 05 a 30 anos, conforme a natureza tributária.

As contingências referentes a processos trabalhistas montam R\$ 558 (R\$ 856 em 2016) (nota 7c) composto por dois processos, para os quais a administração julga que a provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas.

A movimentação das provisões para contingências no exercício está abaixo apresentada:

	2017			2016		
	Trabalhistas	Fiscais	Total	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo no início do exercício	856	16.161	17.017	642	13.929	14.571
Constituições	177	977	1.154	237	1.069	1.306
Atualização monetária	48	1.001	1.049	-	1.163	1.163
Reversões/pagamentos	(523)	(198)	(721)	(23)	-	(23)
Saldo no final do exercício	558	17.941	18.499	856	16.161	17.017

As contingências passivas classificadas como perdas prováveis estão representadas da seguinte forma:

	2017		2016	
	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Riscos fiscais	17.941	17.941	16.161	16.161
Riscos trabalhistas	558	558	856	856
Total	18.499	18.499	17.017	17.017

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

As contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas da seguinte forma:

	2017		2016	
	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Riscos fiscais	565	643	-	-
Riscos trabalhistas	1	1.054	-	-
Total	566	1.697	-	-

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Distribuidora.

11. Imposto de renda e contribuição social

Composição do crédito fiscal

	2017	2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(18.664)	(11.180)
Imposto de renda - alíquotas de 15% e 10%	4.666	2.795
Contribuição social - alíquota de 20%	3.733	2.236
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Outras adições e exclusões	(2.795)	(1.315)
Crédito fiscal sobre base negativa do exercício	5.604	3.716

Em 31 de dezembro de 2017, a Distribuidora possui créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social não contabilizados no montante de R\$ 94.582 (R\$ 88.978 em 2016), sendo R\$ 52.546 referente ao imposto de renda (R\$ 49.432 em 2016) e R\$ 42.036 referente à contribuição social (R\$ 39.546 em 2016). Os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Publicações	(78)	(65)
Processo de reestruturação	(3.924)	-
Promoções e relações públicas	(303)	(208)
Outras despesas administrativas	(1.170)	(902)
Total	(17.374)	(13.469)

(i) Sendo R\$ 447 (R\$ 459 em 2016) com despesas de depreciação e amortização e, R\$ 223 (R\$ 207 em 2016) de compartilhamento de custos de depreciação e amortização com o Banco Crédit Agricole conforme contrato de rateio.

14. Outras receitas operacionais

	2017	2016
Reversão de provisões operacionais (i)	4.214	3.205
Variações monetárias (ii)	2.270	2.391
Variações cambiais (Nota 9.a)	190	150
Recuperação de encargos e despesas (iii)	54	3.637
Outras rendas operacionais	-	1
Total	6.728	9.384

(i) Representada substancialmente pela reversão da provisão de gratificações.

(ii) Representada substancialmente por atualizações SELIC de depósitos judiciais (Nota 10.b).

(iii) Representada pela recuperação de outros encargos e despesas.

15. Outras despesas operacionais

	2017	2016
Despesas com atualizações de impostos e contribuições	(1.226)	(1.163)
Variações cambiais (Nota 9.a)	(144)	(281)
Outras despesas operacionais	(174)	(115)
Total	(1.544)	(1.559)

16. Despesas de pessoal

	2017	2016
Salários	(20.039)	(19.972)
Encargos sociais	(7.817)	(8.000)
Benefícios	(3.383)	(3.290)
Honorários	(338)	(987)
Treinamentos	(215)	(279)
Total	(31.792)	(32.528)

17. Despesas tributárias

	2017	2016
COFINS	(977)	(1.069)
PIS	(137)	(145)
ISS	(556)	(804)
Outros	(285)	(252)
Total	(1.955)	(2.270)

18. Gerenciamento de capital e limites operacionais

O gerenciamento de capital compreende:

(a) Monitoramento e controle de capital mantido pela Distribuidora face aos limites mínimos de capital;

(b) Plano de capital para fazer face aos riscos a que a Distribuidora está sujeita, considerando os objetivos estratégicos nos próximos três anos e

(c) Testes de estresse e avaliação dos seus impactos sobre o capital.

A estrutura de gerenciamento de capital auxilia a administração quanto à gestão da Distribuidora por meio de informações tempestivas e suficientes, fornecendo prospectivamente uma visão do capital necessário para suportar os riscos incorridos pela Distribuidora, utilizando simulações de cenários que levam em conta as mudanças nas condições de mercado e as estratégias de negócio. As políticas e estratégias para o gerenciamento de capital são revisadas no mínimo anualmente pela administração.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do capital encontra-se disponível no site www.creditagricoledtvm.com.br.

A partir de outubro de 2013, o Índice Basileia passou a ser apurado com base na Resolução nº 4.192/13, até setembro de 2013 os valores foram apurados conforme Resolução nº 3.444/07. O Índice Basileia para 31 de dezembro de 2017 é de 15,61% para o Conglomerado (15,59 % em 2016). A gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), de acordo com a Circular nº 3.678/13, estão disponíveis no site www.creditagricoledtvm.com.br.

19. Outros assuntos

Em 23 de fevereiro de 2017, o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil (BC), tornou público a Resolução nº 4.557. A Resolução dispõe sobre os requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital, das Instituições autorizadas a funcionar pelo BC. A nova regulamentação segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. O Conglomerado Prudencial Credit Agricole é classificado como S3.

O revigoramento das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital deverão ser implementados, pelo Credit Agricole, até o final de fevereiro de 2018, prazo permitido para as instituições enquadradas no S2, S3, S4 e S5.

A Diretoria

 Synthesis  **José Luiz Gonzaga** - Contador - CRC 1SP 132371/O-5

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria do Conglomerado Crédit Agricole, instituído por dispositivo estatutário, em conformidade com a Resolução 3.198 de Maio de 2004 do Conselho Monetário Nacional, tem na designação de suas atividades, a supervisão e avaliação do desempenho da auditoria interna e controles internos, do desempenho e independência dos Auditores Independentes, além da análise e aprovação das demonstrações financeiras do Conglomerado, incluindo-se notas explicativas. O Comitê de Auditoria pode verificar que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias Interna e Independente, possuem transparência e qualidade, constataram a exatidão de todos os elementos apreciados e que as demonstrações financeiras

relativas aos anos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 refletem, adequadamente, a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período, onde não foram identificados descumprimentos das práticas contábeis adotadas no Brasil. O Comitê reuniu-se 4 vezes em 2017 para aprovação das Demonstrações Financeiras desta entidade e Conglomerado para Dezembro 2016 e Junho 2017, aprovação do regulamento de Auditoria Interna e ciência dos principais assuntos de Contabilidade e Auditoria pelo Auditor Independente. O Comitê também avaliou o relatório de Ouvidoria. Foram nomeados o Sr. Gilles Gantois e a Sra. Giliene Coeurderoy como membros do Comitê e apresentou renúncia o Sr. Luc Daboudet.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Srs.
Administradores e acionistas da
CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. DTVM em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou

erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S.S.

2SP034519/O-6

São Paulo, 30 de março de 2018

Emerson Morelli

Contador - CRC- 1SP249401/O-4

Daviso Indústria e Comércio de Produtos Higiênicos S.A.

CNPJ nº 04.568.560/0001-06

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em de reais)

Balanços patrimoniais: Ativo		2017	2016	Balanços patrimoniais: Passivo		2017	2016	Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	
Circulante		59.072.317	55.918.586	Circulante		22.879.715	25.033.075	Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Caixa e Equivalentes de Caixa		22.669.029	12.257.927	Fornecedores		8.914.756	14.109.528	Lucro líquido do exercício	18.847.279
Contas a Receber		23.103.291	29.538.682	Obrigações Trabalhistas		143.102	165.575	Depreciação e amortização	734.037
Estoques		6.551.190	8.005.295	Obrigações Tributárias		2.399.176	3.346.475	Provisões	-
Imposto a Recuperar		5.473.060	5.315.558	Provisões Trabalhistas		267.399	338.712	Reservas de juros de ativos disponíveis	(186.381)
Outros Créditos		1.268.641	791.985	Adiantamento de Clientes		1.044.201	191.225	Lucros distribuídos do exercício	(17.967.456)
Despesas Antecipadas		7.106	9.139	Provisão Juros sobre Capital Proprio		254.411	918	Lucro líquido ajustado	1.427.479
Não circulante		6.251.526	10.865.175	Provisão IRPJ e CSLL		9.856.670	6.880.641	Redução (aumento) dos ativos operacionais	
Títulos Financeiros		4.420.103	9.080.084	Patrimônio líquido		42.444.128	41.750.686	Contas a receber	6.435.391
Depósito Judicial		26.047	14.277	Capital social		500.000	500.000	Estoques	1.454.105
Investimentos		10.411	10.411	Reserva de Capital		10.411	10.411	Impostos a recuperar	(157.502)
Imobilizado		1.794.965	1.760.402	Reservas de juros de ativos disponíveis		-	186.381	Outros Créditos	(476.656)
Total do Ativo		65.323.843	66.783.761	Reserva de Lucros		41.933.717	41.053.894	Despesas Antecipadas	2.033
				Total do Passivo		65.323.843	66.783.761	Depósito Judicial	(11.770)
								Aumento (redução) dos passivos operacionais	
								Fornecedores	(5.194.772)
								Obrigações tributárias	2.028.729
								Obrigações trabalhistas	(93.786)
								Adiantamento de Clientes	852.976
								Juros sobre Capital Proprio	253.493
								Recursos líquidos provenientes (aplicados) das atividades operacionais	5.092.241
								Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(6.425.382)
								Aquisição de Ativo Imobilizado	(768.600)
								Aquisição de Títulos Financeiros	4.659.982
								Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	3.891.382
								Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	10.411.102
								Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades	8.076.067
								Caixas e equivalentes de caixa - início exercício	12.257.927
								Caixas e equivalentes de caixa - final exercício	22.669.029
								Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	10.411.102

Demonstrações de Resultados

	2017	2016		2017	2016
Receita operacional líquida	122.556.325	123.523.526	Depreciação e amortização	(734.037)	(1.193.976)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(77.143.276)	(83.045.988)	Resultado financeiro líquido	(900.167)	(3.874.143)
Lucro bruto	45.413.049	40.477.538	Outras Receitas (Despesas)	1.329.557	(30.094)
Receitas (despesas) operacionais: Pessoal	(6.019.148)	(5.509.476)	Lucro antes do IR e Contribuição social	28.704.011	20.593.562
Vendas	(158.336)	(271.769)	Imposto de renda pessoa jurídica	(7.194.013)	(4.995.309)
Gerais e administrativas	(10.226.906)	(9.004.518)	Contribuição social sobre o lucro	(2.662.719)	(1.853.944)
			Lucro líquido do exercício	18.847.279	13.744.310

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes Financeiros	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	500.000	10.411	31.733.834	(105.528)	32.138.717
Lucro do Exercício			13.744.310		13.744.310
Distribuição de Lucros			(4.424.250)	291.910	(4.132.340)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	500.000	10.411	41.053.894	186.381	41.750.687
Lucro do Exercício			18.847.279		18.847.279
Ajustes Financeiros				(186.381)	(186.381)
Distribuição de Lucros		(17.967.456)			(17.967.456)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	500.000	10.411	41.933.718	-	42.444.128

David Chamah

Sócio

Grant Thornton Consulting Services Ltda

CRC SP 2SP022699/O-3

Pier Paolo Atti

Contador CRC 1SP 154.001/01 - Contador Responsável

